

Nietzsche e as implicações entre conhecimento e verdade sob o prisma da linguagem

Gláucia Silva do Nascimento¹

Resumo: Este estudo visa elencar de maneira capilar alguns pontos característicos da concepção de linguagem em Nietzsche, notadamente em sua obra póstuma *Verdade e mentira no sentido extramoral*, comparando pontualmente as concepções de verdade, conhecimento e hábito, no texto, alinhado com o que fora apresentado por outros filósofos da tradição, em relação a esses temas. O modo como essas construções possibilitam o perseverar na existência humana, é o ponto crucial de convergência de tais constructos.

Palavras-Chave: Linguagem. Intelecto. Verdade. Conhecimento. Nietzsche.

Introdução

A temática da linguagem, de acordo com o que nos apresenta a literatura referencial em filosofia no Brasil sobre os escritos filosóficos de Nietzsche, nos mostra que a mesma não tem uma abordagem detalhada em suas obras. Aliado a este indicador temos o acréscimo de que sua principal obra em torno da temática ocorre em um escrito de 1873 publicado postumamente: o ensaio *Verdade e Mentira no sentido extramoral* (*Über Wahrheit und Lüge im ausser moralischen Sinne*). Contudo, diversos comentadores localizam nas publicações de Nietzsche aspectos que tocam na concepção da linguagem e no seu vínculo com o conhecimento e a verdade, em obras como: *O nascimento da tragédia* (*Die Geburt der Tragödie*); *Aurora* (*Morgenröte*); *Gaia Ciência* (*Die fröhliche Wissenschaft*); *Assim falou Zaratustra* (*Also sprach Zaratustra*) e *Além do bem e do mal* (*Jenseits von Gut und Böse*). Como desejamos no presente escrito delinear as implicações entre verdade e conhecimento, mediante uma teoria da linguagem que propicia um viver em sociedade, bem como a forja de um conhecimento, nos pautaremos em específico no ensaio póstumo *Verdade e mentira no sentido extramoral*.

1. Graduanda em Filosofia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bolsista de Iniciação Científica (PICIN-UNEB).

No presente ensaio inúmeros aspectos são trazidos e postos à crítica por Nietzsche. A linguagem é um dos alvos de sua investigação que deve ser entendida dentro de uma produção antropomórfica, mas essencialmente metafórica, sendo inadvertido que seu uso esteja alinhado a uma verdade que se pretenda universal e imutável, pois ela impetra um invólucro dissimulador ao intelecto que agrega condições de possibilidade ao homem de desenvolver conhecimento, em contato com a natureza, com seus pares ou ainda consigo próprio.

Ao propor sua teoria da linguagem neste ensaio, Nietzsche aponta para algumas antinomias do conhecimento presenciadas na epistemologia kantiana. A mais problemática delas: a referência ao que seja a “coisa em si”, bem como os desdobramentos que, ao aceitar essa construção, devemos necessariamente admitir, como o de que, por exemplo, existem essências nas coisas, e que estas por meio de categorias se apresentarão ao intelecto do observador como passíveis de serem conhecidas. É o que operamos quando inferimos por meio de princípios que existem leis na natureza, em verdade o intelecto do observador é que organiza e descreve os fenômenos que presencia na mesma de maneira regular. Portanto, reforça Nietzsche, a natureza não se enquadra nas predileções que dela fazemos: “Guardemo-nos de dizer que há leis na natureza. Há somente necessidades: nela não há ninguém que mande, ninguém que obedeça, ninguém que transgrida”. (NIETZSCHE, *A Gaia ciência*, § 109)

A linguagem é inadequada às coisas

A linguagem é constituída de imprecisão, de arbítrio e “nos conduz a denominações insuficientes que não apreendem a totalidade dos aspectos de um objeto singular.” (BRUM, 1986, p. 45). Tal inferência é extraída do desenrolar de ideias contidas em *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extramoral* em seu primeiro parágrafo: “O que é uma palavra?

A figuração de um estímulo nervoso em sons. Mas concluir do estímulo nervoso uma causa fora de nós já é resultado de uma aplicação falsa e ilegítima do princípio da razão.”; (NIETZSCHE, 1999, p. 55) neste ínterim, somos levados a conhecer os primeiros lances que constituem a formação teórica da linguagem em Nietzsche. “Um estímulo nervoso, primeiramente transposto em uma imagem! Primeira metáfora. A imagem, por sua vez, modelada em um som! Segunda metáfora.” (Idem, *Ibidem*). A relação interposta entre as coisas, e o modo como o homem as configura compõem um conjunto de “metáforas audaciosas” que em nada correspondem às coisas mesmas: “o que o ser humano possui é uma crença sobre os objetos.”. (SANTOS, 2010, p. 90) É por meio dessa figura de linguagem que Nietzsche concebe uma eventual possibilidade de o homem “se aproximar da linguagem e simultaneamente poder construir e destruir objetos dentro da vida social.” (SANTOS, 2010, p. 93)

Nesta linha investigativa da composição da linguagem, Nietzsche (1999, p. 56) verticaliza um pouco mais e adentra uma análise da formação dos conceitos. “Todo conceito nasce por igualação do não igual” (NIETZSCHE, 1999, p. 56). Analisando a formação do conceito de “honestidade”, aponta para a circularidade em que caímos quando tentamos designar o que caracteriza a mesma e culmina, a nosso ver, numa petição de princípio:

O certo é que não sabemos nada de uma qualidade essencial, que se chamasse honestidade, mas sabemos, isso sim, de numerosas ações individualizadas, portanto desiguais, que igualamos pelo abandono do desigual e designamos, agora, ações honestas. (Idem, *Ibidem*).

Pois para falar sobre a honestidade nos valem os casos individuais que se enquadram no rótulo da honestidade, ou seja, usamos a própria honestidade (quando se apresenta múltiplos casos particulares de sua aplicação) para justificá-la (enquanto uma forma primordial). Desse

modo, nem a natureza nem as ações humanas estão passíveis de adequação às formas e conceitos que, por ação arbitrária e antropomórfica, constituímos. Em todo caso, assevera Nietzsche, não há essência nas coisas.

Quanto a esse aspecto da inadequação entre nomes e coisas de maneira essencial (que se dá apenas por ações arbitrárias que culminam num convencionalismo), podemos traçar um paralelo com uma das teses apresentadas por Platão no diálogo *Crátilo: ou sobre a justeza dos nomes*, que referendam a ideia de que não existe aderência entre palavra e coisa. Este diálogo gira em torno da possibilidade de haver ou não uma justeza entre os nomes e as coisas. Conta com a presença de dois interlocutores (Hermógenes e Crátilo) que realizam inquirições a Sócrates. Defende-se ora a tese convencionalista, ora a tese naturalista, que em ambas as exposições encontram refutação de Sócrates, o que, por conseguinte leva o diálogo a uma conclusão aporética. Como buscamos uma convergência com a crítica apresentada por Nietzsche no trato da linguagem, Hermógenes apresenta a tese que mais se aproxima de pontos aludidos por Nietzsche.

Hermógenes afirma que a correção dos nomes é uma questão de convenção e uso da linguagem. “Nenhum nome é dado por natureza a qualquer coisa, mas pela lei e o costume dos que habituaram a chamá-la dessa maneira”. (PLATÃO, *Crátilo*, 384e) Sobre o nome, Hermógenes nos diz que este “conserva uma imagem fundamental, contudo essa reprodução não é exata, pois não é possível uma conexão necessária entre nome e coisa”, (Idem, 433a) inferência que se coaduna com a interpretação metafórica exposta por Nietzsche na sua análise da linguagem, contudo, é cabível destacar que ambos divergem no caráter referencial que a linguagem comporta. Em Nietzsche ela não alberga as múltiplas possibilidades de expressão de maneira fixa, em Platão (quando personificado na representação de Hermógenes no referido diálogo

go) ela, a linguagem, é como um remédio para a memória do mutável, que faz referência ao imutável.

O imbróglio da coisa em si

No diálogo com Kant e em torno da conjectura do que seja a “coisa em si”, Nietzsche apresenta na primeira parte de *Sobre a Verdade e a mentira no sentido extramoral* a seguinte consideração: “A coisa em si’ (tal seria justamente a verdade pura sem consequências), é também para o formador da linguagem, inteiramente incaptável e nem sequer algo que vale a pena”. (NIETZSCHE, 1999, p. 55) Aponta para esta impossibilidade de captarmos o que seja a coisa em si, por desconsiderar a influência dos metafísicos na Filosofia.

A diversificada quantidade de idiomas que temos mostra-nos que “nunca atingimos alguma “coisa em si’ (*Ding an sich*), mas sempre lidamos com uma sequência de metáforas”. (BRUM, 1986, p. 46) Contudo, assimilar qual foi a recepção que Nietzsche teve em específico, do que produzira Kant em torno do que seja a coisa em si, é algo problemático de designarmos, quando lidamos com a presença desse constructo kantiano em obras nietzschianas, um imbróglio aí se instaura. Segundo Itaparica (2013) existe pelo menos cinco maneiras de entender a relação entre fenómeno e coisa em si de Kant fomentada por seus comentadores. Esta distinção fora proposta por Kant na sua *Crítica da razão pura* quando, dentre outras coisas, buscava instituir os limites do conhecimento humano.

Nietzsche tece críticas à noção de coisa em si kantiana tanto no seu aspecto teórico como em seu aspecto prático. Pois “a essência de uma coisa não pode ser isolada das perspectivas; pelo contrário, ela só pode ser pensada como já constituída de perspectivas, e não como se a coisa em si fosse uma espécie de substância metafísica, independente de qualquer relação”. (ITAPARICA, 2013, p. 315)

Portanto, ao lidarmos com a objeção de Nietzsche à coisa em si de Kant, é preciso levar em consideração as nuances teórica e prática que a mesma pode assumir, para não sermos traídos por uma via de interpretação unívoca.

O conhecimento e sua necessidade

O conhecimento forjado pelo intelecto (este que por sua vez dissimula o saber que é antropomórfico, mas que se mostra necessário à manutenção da vida) assume características que propiciam o viver em sociedade e também o surgimento da ciência. Para ser efetiva a manutenção das relações sociais, a linguagem assume uma função estruturante essencial. Segundo Nietzsche, para viver de maneira gregária por tédio ou por necessidade, o homem estabelece “aquilo que doravante deve ser ‘verdade’ [...] e a legislação da linguagem dá também as primeiras leis da verdade”. (NIETZSCHE, 1999, p. 54)

“A vida em comum implica um ‘contrato social’ onde a conciliação é a regra” (BRUM, 1986, p. 43). Após esse trecho, Brum acrescenta uma nota explicativa em torno da influência de Rousseau sobre Nietzsche, que imbrica a origem do desenvolvimento do intelecto e a instituição das práticas sociais. Na linha contratual do viver em sociedade, Rousseau influencia também Schopenhauer. Este reitera em sua ética, que para viver de modo gregário é preciso constituir deveres que nos imputam dívidas: “todos os deveres repousam sobre uma obrigação contraída. [...] Portanto, todo dever dá um direito, porque ninguém pode se obrigar sem um motivo, quer dizer, sem uma vantagem para si mesmo”. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 152)

A exceção a esta regra se dá na obrigação que os pais têm para com seus filhos (o inverso não se aplica, segundo Schopenhauer). Mediante aos acordos bilaterais torna-se possível viver gregariamente e fomentar a conservação da vida, não incorrendo no que Hobbes já aludia no

seu *bellum omnium contra omnes*, máxima na qual tanto Schopenhauer quanto Nietzsche convergem.

Ainda no tocante à conservação da vida, em Hume no séc. XVIII, já observamos os pontos frágeis que as teorias do conhecimento apresentavam: o modo como nossas ideias se unem entre si por meio da semelhança, contiguidade e causalidade. O problema da indução e como esse princípio, parte constituinte do método científico, expressa a ideia de uniformidade nos eventos que ocorrem na natureza, e as crenças que desenvolvemos sobre o mundo, para Hume, não constituem conhecimento. Contudo, a conservação da vida humana só se tornou possível graças ao acúmulo temporal herdado e perpassado de uma geração a outra dessas crenças que suscitaram a formação de hábitos. “Portanto, todas as inferências tiradas da experiência são efeitos do costume e não do raciocínio” (HUME, 1989, p. 86), segue Hume na sua linha investigativa: “o costume é, pois, o grande guia da vida humana. É o único princípio que torna útil nossa experiência e nos faz esperar, no futuro, uma série de eventos semelhantes àqueles que apareceram no passado.” (HUME, 1989, p. 87)

Notamos, assim, que Nietzsche apresenta críticas ao conhecimento, ao princípio de causalidade e de uniformidade da natureza que possibilita a inferência de leis na natureza, que um século antes, já era sinalizado e debatido por Hume, notadamente em sua obra *Investigação sobre o entendimento humano* (1748).

Mesmo diante do absurdo que é “estabelecer uma relação de causalidade entre coisas de natureza diversa, como são o impulso, a imagem e o som; como é também absurdo estabelecer uma correspondência entre sujeito e objeto pelas mesmas razões” (SOBRINHO, 2001, p. 7), Nietzsche não nega a utilidade do conhecimento, mas sinaliza que o homem não pode tornar-se escravo do mesmo.

É por esse motivo que ele enfatiza que a linguagem, enquanto metáfora e nunca como verdade, é uma forma eficiente do ser humano expressar seu poder criador e, com isso, afirmar a vida. Neste sentido, a linguagem só pode ser comparada com a arte. Ambas se utilizam da mudança, da metáfora e do inesperado para poder criar coisas novas. Dessa forma, a linguagem é sempre a presentificação do novo. É a afirmação da vida contra toda a morte trazida pela estabilidade. (SANTOS, 2010, p. 94).

Na filosofia contemporânea, o conceito da vontade de verdade erigido por Nietzsche suscita interesse em Foucault. Este, um importante assimilador e difusor da problemática proposta por Nietzsche entre a verdade e conhecimento, irá, mediante a perspectiva de seu contexto histórico elaborar estudos que visam demonstrar a pregnância indevida entre verdade e conhecimento para denunciar uma história da verdade como fruto das relações sociais: a verdade se forma com base em regras definidas que por sua vez forjam novas subjetividades, novos domínios de objetos e novas formas de saber. “O conhecimento foi inventado”, diz o filósofo francês, “mas a verdade foi inventada ainda mais tarde”. (FOUCAULT, 2014, p. 187)

Conclusão

A linguagem, sua configuração, é dotada de arbitrariedade, imprecisão, limitação e inadequação com as coisas, bem como com as ações. Contudo, seu uso é imprescindível à permanência do homem no modo de vida gregário, bem como no seu perseverar na existência. Entender suas limitações e encará-la como uma interpretação metafórica é o modo como Nietzsche concebe ser possível lidar com as nuances que a linguagem propicia-nos, sem que não nos deixemos iludir ou aprisionar, no fetiche que a mesma desenvolve sobre nós.

Em *Assim falava Zaratustra*, III § 2, Nietzsche afirma que a palavra não é o instrumento metafísico que revela a essência e a verdade do objeto, mas unicamente o elemento capaz de fazer o homem se recriar constantemente. O destino do homem não é a verdade ou o conhecimento dos objetos. (SANTOS, 2010, p. 94)

Constatamos ao longo do percurso expositivo deste estudo, as dificuldades impostas pela linguagem à aquiescência do conhecimento por meio do intelecto humano. Contudo, o leitor se encontra aqui, diante de uma enrascada, neste quadro aprisionador, pois pode questionar: o que fazer para seguir no caminho sinuoso e ondulatório do filosofar? Mesmo admitindo o mal-estar que as limitações da linguagem instauram no modo como aprendemos e como difundimos aquilo que dizemos conhecer, a perspectiva nietzschiana do conhecimento se configura com uma criação engenhosa do homem. Pois,

Quando alguém esconde uma coisa atrás de um arbusto, vai procurá-la ali mesmo e a encontra, não há muito que gabar nesse procurar e encontrar [...] Se forjo a definição de animal mamífero e em seguida declaro, depois de inspecionar um camelo: ‘vejam, um animal mamífero’, com isso decerto uma verdade é trazida à luz, mas ela é de valor limitado. (NIETZSCHE, 1999, p. 58)

Há outra vertente que podemos analisar quando intentamos captar o caminho a que Nietzsche aponta no seu esquadrinhamento das relações entre verdade, conhecimento e linguagem que é a sua experimentação estilística em torno do uso de aforismos. “Se a linguagem é uma tecnologia inadequada para apreensão de pensamentos, o que estamos lendo ao mergulharmos nos textos de Nietzsche? A valorização da metáfora em seus textos pode fornecer uma resposta a essa questão”. (BRAGA, 2003, p. 71)

Se nos ativermos a uma análise do estilo da escrita de Nietzsche, principalmente na segunda fase de seu pensamento, quando se afasta

da metafísica de Schopenhauer, observaremos que o estilo aforismático se fará presente. É válido atrelar o uso de aforismos por Nietzsche à limitação da linguagem em relação ao pensamento. O estilo aforismático “é uma forma de encarar problemas profundos como um banho frio, ‘entrando rapidamente e saindo rapidamente’” (NIETZSCHE *apud* SALVIANO, 2013, p. 119) – cabe lembrar que a inserção da escrita aforismática na filosofia é introduzida por Schopenhauer inspirado por escritores espanhóis com nos diz Salviano (2013).

“Nós só conhecemos, pela linguagem, nossas próprias construções ou ilusões” (BRUM, 1986, p. 46). Pois bem, se a linguagem é limitada frente à gama de possibilidades que o pensamento pode alcançar, logo, como propor uma filosofia que fuja dessa antinomia? Pode-se afirmar que “a resposta de Nietzsche aos limites da linguagem seria fornecido, portanto, por seu estilo: existe um além da linguagem, que não é outro senão seu aquém” (SALVIANO, 2013, p. 111). Essa experimentação estilística do aforismo marcará sua tentativa de contornar as ambivalências e os limites da linguagem ao filosofar.

Referências

BRAGA, Paula. A linguagem em Nietzsche: as palavras e os pensamentos. In: *Cadernos Nietzsche*, nº 14, 2003, p. 71-82.

BRUM, José Thomaz. *As artes do intelecto*. Porto Alegre: L&PM, 1986. (Coleção Universidade Livre)

FOUCAULT, Michel. *Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970-1971)*. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2014. (Obras de Michel Foucault).

HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano, Ensaios morais, políticos e literários*. Tradução Anoar Aiex, João Paulo Gomes

Monteiro e Armando Mora d'Oliveira. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Coleção Os pensadores)

ITAPARICA, André Luís Mota. As objeções de Nietzsche ao conceito de coisa em si. In: *KRITERION*, Belo Horizonte, nº 128, Dez./ 2013, p. 307-320.

NIETZSCHE, F. W. *Obras Incompletas*. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os pensadores)

_____. *Obras incompletas*. Seleção de textos de Gerard Lebrun. 3. ed. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho: posfácio de Antônio Cândido. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores)

_____. *Verdade e Mentira no Sentido Extramoral*. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. In: *Comum*, Rio de Janeiro, v.6, nº 17, p. 05 a 23, jul./dez. 2001.

PLATÃO. *Crátilo*. Tradução Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1988.

SANTOS, Ivaldo. Nietzsche a Linguagem. In: *SABERES*, Natal, v. 1, n. 4, jun. 2010.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre o fundamento da moral*. 2 ed. Tradução Maria Lúcia Mello e Oliveira Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SALVIANO, Jarlee Oliveira Silva. *Labirintos do nada: A crítica de Nietzsche ao Nihilismo de Schopenhauer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.